

**O ENCONTRO DA ANTROPOLOGIA RURAL COM A
ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: RESENHA DE UM ESTUDO DE
CASO FEITO POR CARLOS RODRIGUES BRANDÃO**

**THE MEETING OF THE RURAL ANTHROPOLOGY WITH THE
ANTHROPOLOGY OF EDUCATION: REVIEW OF A CASE STUDY BY
CARLOS RODRIGUES BRANDÃO**

André Souza Martinello

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural / PGDR na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

E-mail: andresoumar@yahoo.com.br

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.**
Porto Alegre: Sulina, 1999. 163p.

Da localidade do Alto do Paraíba – entre o Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo – Carlos Rodrigues Brandão, professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas¹, apresenta um estudo minucioso do *trabalho de saber*. A obra é parte de resultados das observações em campo do antropólogo sendo que seu texto percorre diferentes momentos, situações, trajetórias e contextos acerca de cotidiano de uma vila rural e a relação de aprendizado formal (escolar) daquela comunidade. O saber abordado por Brandão não limita-se ao *letramento*, frequência escolar ou capacidade de percepção de regras matemáticas por estudantes. Embora esses sejam alguns dos elementos também analisados pelo pesquisador na comunidade estudada, o antropólogo entende e apresenta as cantorias sertanejas, o cotidiano da agricultura e o trabalho no campo como fortes indicadores de saberes, mesmo não formais e escolares. Portanto, a denominação da obra aponta duas concepções da aprendizagem: a) as realizações da produção, ou seja, o Trabalho, como um saber em si e; b) o “trabalho que dá” seguir pelo Estudo Formal frequentando escola, universidades e os ambientes dos saberes mais formais, por grupos originários do que poderia ser denominado camponeses.

¹ Retirado em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4780720Y4> às 23h00min, 12/05/2007. Carlos Rodrigues Brandão atualmente participa do corpo docente do Doutorado em Ambiente e Sociedade do NEPAM/IFCH da UNICAMP.

O autor direcionada a atenção central da obra a etnografia da educação, “como um exercício de antropologia Social aplicado à análise das relações do campesinato e a escola rural”. A complexidade e toda a heterogeneidade que possam envolver as diferentes dificuldades de acesso ao estudo, por parte das crianças e jovens da vila agrícola são descritas pelo investigador. Um contexto geral da educação da comunidade é apresentado logo no início da obra, em que ao mesmo tempo a escola é entendida pelos moradores do Alto da Paraíba como dispensável, mas também necessária. Por isso, o que Brandão não faz é “romantizar a importância” da educação como panacéia a todos os problemas nacionais.

A valorização do “ritual escolar” ou do ensino formal, por exemplo, é permeada por diferentes pontos de vistas, e se destaca principalmente como resultado da qualidade dos estudos dos pais e irmãos (família em geral), das relações de gênero e classe. Segundo o autor, os grandes fazendeiros apresentam, por diferentes motivos, facilidades em manter e influenciar seus futuros herdeiros em condições mais constantes no estudo regular e formal.

A época em que Brandão escutou e observou a vida dos seus “informantes” foi entre os dois primeiros meses de 1983 e os dois primeiros meses de 1986. Segundo ele mesmo, a metodologia desse livro baseou-se principalmente na “Descrição densa”, proposta da Antropologia Social advindas das idéias de Clifford Geertz.

Em uma família dessa “gente da roça”, Brandão aponta a diferença de gênero como um dos fatores importantes para a não complementação e finalização dos primeiros anos de estudos pelos meninos, filhos de sitiantes, pertencentes à classe dos “pequenos” produtores e funcionários de Fazendas. No caso da família de Odilon, e de Dona Lia (sua esposa), a filha do casal é incentivada a seguir e completar os estudos, ao contrário do menino, ensinado a “aprender pro futuro” em lidar com a roça. Assim, vive-se uma divisão sexual do trabalho: as mulheres responsáveis pela pedagogia (quando chegam até o Magistério) ou realizadoras de “um servicinho” enquanto o *trabalhar* é predominantemente entendido como Masculino. Essa idéia presente em várias famílias daquele ambiente/local estudado.

Entretanto em regra geral, aponta a pesquisa, ou na regra da vida familiar, em Catuçaba todos trabalham em torno dos mandos e ordens do pai ou da mãe. Apresenta-se assim, uma importante diferença desse “mundo rural” em oposição a vida urbana: “Não existe em Catuçaba, tal como com freqüência acontece na cidade principalmente a partir das famílias de classe média, uma reserva de pessoas entre 07 e 18 anos para o estudo exclusivo”. Nesse ambiente rural, identificou o antropólogo (p.37): “os filhos são estudantes que também trabalham”.

Novamente sobre as relações de gênero, observando o momento do Recreio do Colégio da vila estudada, Brandão aponta que é observável o tratamento de gênero diferenciado, pois os meninos “podem até ser levados, mas as meninas não devem ser mais do que ‘quietas e aplicadas’”. Ou seja, em certos momentos a própria escola reforça e legitima a diferença e o papel de homens e mulheres, não aceitando ou aceitando (e reforçando) determinados comportamentos no cotidiano e no ambiente escolar.

A valorização da educação pode ser percebida, quando aqueles que mais acesso têm (ou parecem ter) ao “saber escolar” são também aqueles que exercem funções ou poderes mais valorizados, por isso, (p.57) “haver feito pelo menos um estudo de 1ª e 3ª série transforma o sujeito ‘sem nenhum estudo’ em uma pessoa ‘com um estudozinho’”. Mas também, vale lembrar, e assim fez o autor, que mesmo deixando de “instruir-se no mundo escolar formal ou seguir as outras fases do estudo não significa deixar de conhecer e atuar em complexos sistemas camponeses e geometria agrícola”. Assim, se há um aspecto que permeia o olhar de Brandão é entender as práticas culturais que são transmitidas por gerações, algumas diretamente dos pais aos filhos (geralmente dos camponeses que menos estudaram), e outras a partir da escola para os descendentes (famílias que tiveram mais tempo de ensino formal costumam valorizar a instituição escolar).

Portanto, o contexto identificado pelo pesquisador em suas “andanças” é a tradição cultural da família. Pertencer a uma família com “qualificação” no sentido de maior ou menor vivência de um contexto letrado facilita a carreira e o projeto escolar dos filhos. Filhos de pais analfabetos estudam menos ou com menor motivação, (p.74) “do que filhos de pais ‘com o primário completo’, qualquer que seja sua condição de classe”.

É identificado pelo antropólogo, certa mudança de mentalidade, no que se refere a “preparar” os filhos para o trabalho no mundo camponês e preparar os filhos para “o futuro”. Alguns acreditam que a educação escolar é uma herança para o futuro, o que antes poderia significar possuir apenas o domínio de trabalho (rural) ou mesmo o acesso a uma propriedade. A educação escolar tende a configurar-se, portanto, como um elemento da herança “permitida” pelos pais aos filhos.

Encaminhando a obra para as considerações mais gerais e tecendo análises do observado em situações reais, afirma o antropólogo: (p.107): “É preciso pensar o estudo como um hábito”. Em outras palavras, em algumas famílias: (p.120) “[...] a realização de tarefas escolares e, mais ainda, a do estudo regular é um ato isolado e, não raro, marginal. Algo que a criança e o adolescente não fazem escondidos, sozinhos ou no seu grupo, como o fumar muito

cedo, mas algo de que o corpo familiar não participa e que, portanto, nunca se incorpora à experiência e à cultura coletiva da vida do grupo doméstico”.

Analisando a obra *O Trabalho de Saber*, o leitor desatento poderia argumentar “certo preconceito” ou pouca valorização das práticas e da cultura camponesa, por parte do autor. Justamente o inverso identifica-se. A capacidade de interpretação e valorização do ponto de vista da cultura popular camponesa é tributária do reconhecimento por Brandão e não de crítica. Assim afirmou o pesquisador (p.124): “Entre desejar que seu filho seja um bom violeiro ou um estudante ‘de futuro’, a opção de qualquer pai camponês é pela segunda escolha. Mas ele trabalha pessoalmente mais a primeira *na pessoa* do filho, porque ela é a única com que sabe lidar, como sujeito de poder, ciência e saber. É porque ela, e não a outra faz parte de seu mundo corriqueiro que, querendo ou não, construiu para si próprio e imperfeitamente vê produzida naquilo que um pai chama de ‘os meus filhos’”.

A obra é um resultado do esforço analítico, mas também teórico e metodológico de Brandão. Um livro que aponta claramente a direção de um campo Antropológico, embora não tenha conseguido contextualizar claramente em quais ambientes “espaciais” ou momentos “temporais” são descritos. Outro possível questionamento poderia ser: qual a distribuição espacial e localização dos pequenos e grandes proprietários? Como é distribuída a estrutura agrária entre as classes?

A problemática apresentada além de ser em certa medida “inovadora” e estimulante para quem lê, possibilitou a apresentação de várias relações cotidianas e, embora não tenha limitado-se a ela, o detalhamento acerca da vida de algumas famílias impressiona. A pergunta central apresentada seguiu uma lógica extremamente enriquecedora, ao mesmo tempo prática (p.21): “Depois de tantos e bons trabalhos das condições materiais, políticas e curriculares do sistema escolar, tomado no seu todo, não seria interessante perguntar qual o efeito da falta crônica de uma mesa na casa, nas condições pessoais de estuda da criança pobre?”.

Melhores detalhamentos das localizações e referências geográficas poderiam facilitar se não uma maior interpretação por parte do leitor, ao menos poderia detalhar aonde foram realizados os trabalhos de campo e observações pelo autor. Por fim, não como uma crítica direcionada apenas a Carlos Rodrigues Brandão, chama-se atenção para o caráter temporal e não definitivo das observações antropológicas. Muitas vezes, estudos de Antropologia sobre determinadas situações são publicados e lidos durante muitos anos, como se as observações e aspectos das sociedades permanecessem os mesmos. De fato, o que costuma ocorrer são alterações relacionadas a dinâmicas culturais profundas que podem tornar a interpretação antropológica anacrônica ou restrita a determinada época. Nas palavras de Jack Goody,

quando se faz uma pesquisa de campo de uma sociedade, se consegue uma visão sincrônica, fica-se com a impressão de que a cultura é algo sólido e estagnado “e num certo sentido, é a história que nos salva desse perigo, ao dar à Antropologia a dimensão de tempo e de profundidade que lhe falta”². Portanto, umas das maneiras de compreender o que fora apresentado por Brandão é apontar o que aparece ainda de maneira atual, assim como observou o autor na década de 1980. Para compreender permanências e modificações é recomendado realizar na atualidade novos trabalhos de campo e busca de uma construção histórica da localidade, isso significa possibilitar compreender continuidades e rupturas, ao menos a partir da década de 1980, período em que Carlos R Brandão fez suas observações em campo e legou tanto a Antropologia da Educação, como a Antropologia Rural ou ainda a Antropologia da Educação do Campo, uma valiosa análise e obra literária inscrita nas ciências sociais humanas. Obra que permanece atual, mesmo que seja como fonte e pontos de partidas para novas problemáticas e análises.

Recebido em: 05/09/2007

Aprovado em: 22/08/2008

² Entrevista com historiador Jack GOODY In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “As muitas faces da História: nove entrevistas”. – São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 44.